

CAMPOS DE VÁRZEA NA CIDADE: UM ESTUDO DE CASO EM UM BAIRRO JUIZ-FORANO

Avanço de investigação em curso

Grupo de Trabalho 23: Sociologia do esporte, ócio e tempo livre

Autora: Camila de Castro Rios Ferreira
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestranda do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais
rioscrf@gmail.com

RESUMO

O trabalho pretende refletir sobre os efeitos causados pela urbanização no bairro Dom Bosco em Juiz de Fora (MG), principalmente no que concerne as formas de lazer, além de compreender a sociabilidade em torno das práticas futebolísticas no campo de várzea e o universo comunitário do local. Especificamente o estudo pretende verificar então, depois de transformações que vem ocorrendo, qual o significado de tempo livre para os moradores do bairro e como o passam, além de compreender o sentido dado pelos moradores à pratica do futebol nos campinhos

Palavras-Chave: Lazer, Bairro, Urbanização.

1. INTRODUÇÃO

A urbanização das cidades e suas consequências despertam cada vez mais a atenção dos cientistas sociais, especialmente dos antropólogos, para a compreensão e o entendimento dos efeitos causados pelo fenômeno nas diversas esferas da vida social. Uma das implicações recai sobre a divisão dos espaços, no modo como os espaços são utilizados e valorizados pelas intervenções. Outro aspecto importante dos efeitos causados pela urbanização diz respeito aos novos significados e usos dos espaços que incidem sobretudo no modo de vida das pessoas que moram ou convivem no espaço atingido. A compreensão das mudanças no cotidiano dos grupos que vivem nesses espaços que sofreram transformações torna-se importante para dar voz ao sujeito urbano enquanto produtor de sua realidade social.

Juntamente com a urbanização e a industrialização, novos recursos e habitantes são atraídos e acabam modificando a estrutura da cidade. Quando a mão de obra disponível para trabalho não é absorvida completamente, lugares afastados são ocupados, formando complexos de habitação com baixa infraestrutura como saneamento básico, abastecimento, energia elétrica, além de outros serviços, como pavimentação, saúde, educação etc. Essas regiões desvalorizadas, distantes dos centros urbanos e acidentadas topograficamente são ocupadas irregularmente. Os centros urbanos e as regiões que recebem mais investimentos acabam por sua vez, sendo mais valorizados por deterem bens e serviços econômicos. Ocorre então uma segregação espacial, em que as áreas desvalorizadas não são ocupadas por pessoas com poder aquisitivo e, junto, não recebem investimentos para a melhoria da condição de vida.

Ao lado dos problemas infraestruturais da cidade, há também lugares para lazer, onde os habitantes cultivam estilos particulares de entretenimento, mantém vínculos de sociabilidade e relacionamento, criam modos e padrões culturais diferenciados (MAGNANI,1996). Em meio às transformações espaciais e sociais, as condutas que orientam os modos de vida de moradores das regiões impactadas são alteradas e os efeitos recaem também sobre os jovens, transformando as formas

de lazer e sua maneira de vivenciar o mundo. Pressupõe-se que quando a área é segregada, há dificuldades nas formas de lazer causadas pela falta de equipamento recreativo, falta de recursos familiares, dificuldades ligadas a profissão dos moradores, entre outros.

Levando em consideração que a cidade não é um todo homogêneo, divide-se geograficamente por bairros e diversa culturalmente, a pesquisa irá trabalhar o bairro. Inserido na cidade, o bairro não pode ser definido apenas como um espaço geográfico habitado por uma população, com fronteiras mais ou menos definidas, casas, infraestrutura e serviços. Pode-se pensá-lo também como espaço de sociabilidade, carregado de manifestações relacionadas ao cotidiano do trabalho, lazer, escola, família, participação política. Para compreender a singularidade de sua forma de organização é necessário observar não somente a morfologia física do local – topografia, habitação – como também as características socioeconômica e cultural de sua população (DUTRA, 2002).

Por ser um território carregado de significações para quem usufrui e constrói o espaço, a pesquisa torna-se interessante, pois as fronteiras podem ou não ser visíveis e transpassadas através de influências externas, como políticas públicas implantadas pelos poderes executivos locais, o que influencia, então, nas trajetórias e nos modos de vida da população de determinado bairro. Os atores observados durante a pesquisa serão os moradores do bairro Dom Bosco para ter um cenário de como eram as maneiras de passar o tempo-livre nas diferentes gerações e em diferentes momentos históricos do bairro. Delimitando assim, será mais fácil visualizar o cotidiano e as formas de lazer de pessoas que, se não compartilham os mesmos valores de grupos e comunidade, compartilham pelo menos do mesmo espaço. O artigo faz parte da dissertação de mestrado que ainda está curso. Portanto, será apresentada parte da discussão teórica da pesquisa. Como a fase de coleta de dados ainda está no início, serão apresentadas apenas algumas impressões das poucas idas a campo e da sensação de familiaridade que o bairro causa aos que passam pelo bairro em suas rotinas cotidianas.

A principal abordagem metodológica para atingir o objetivo da pesquisa será a qualitativa através da pesquisa de campo e, especificamente, a observação participante. A pesquisa de campo permite compreender diversos aspectos do grupo em questão, descobrir novos fenômenos e suas relações. A observação participante insere o pesquisador na realidade do grupo pesquisado para conhecer o cotidiano, captar comportamentos sociais e o universo de significado dos atores. O método interpretativista de Clifford Geertz permite analisar e descrever fenômenos e a estrutura significativa da cultura a partir do estudo da percepção dos atores nela presentes. O ator então passa a ter valor em si mesmo e tudo se torna significativo na maneira como ele elabora sua realidade social a sua volta, e sua experiência individual que é relevante, atravessando fronteiras físicas e simbólicas. Para tanto, o autor indica que o essencial é anotar e interpretar o discurso social. A pesquisa bibliográfica auxiliará no levantamento de informações sobre o assunto, colaborando para o entendimento do objeto de pesquisa. Os dados obtidos através do levantamento bibliográfico serão utilizados como base para análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

A análise documental – reportagens, estudos já realizados sobre o bairro Dom Bosco – e a descrição das trajetórias de vida se fazem necessárias para construir a realidade histórica do grupo e mapear os principais pontos de referências dos moradores. Entrevistas serão utilizadas para obtenção de informações sobre o que as pessoas sentem, pensam ou fazem; é importante para a averiguação de fatos, opiniões e sentimentos, determinar condutas, apurar planos de ações.

2. POR UMA ANTROPOLOGIA NAS CIDADES

Para chegar aos estudos nas cidades, a antropologia seguiu um longo caminho, permeado por debates metodológicos, ajustes conceituais, novos objetos, discussão sobre a relação entre o pesquisador e o pesquisado etc. A antropologia clássica é tradicionalmente conhecida por estudar povos exóticos, tribos indígenas e sociedades organizadas diferentemente das ocidentais. Enquanto ciência, a

antropologia ganha notoriedade a partir do século XIX com temas voltados para estudos de parentesco e religião, usando principalmente o método etnográfico, que consiste na coleta de dados através da observação participante com o intuito de compreender o modo de vida do grupo estudado.

Na medida em que o mundo moderno se expandia, a maioria das sociedades indígenas se extinguíam e as sociedades antigas colonizadas recusavam ser objetos de estudo, contribuindo para que os grandes centros urbanos tornassem objetos de pesquisa por sua diversidade de costumes e personagens. Na Europa o fenômeno da Revolução Industrial transformava o cenário da cidade, abrigando muitos migrantes da área rural que buscavam emprego. Devido as migrações, houve um grande crescimento populacional, causando problemas sociais como desemprego, construção de moradias com péssimas condições de infraestrutura em regiões desvalorizadas, problemas com alcoolismo, marginalidade, violência, enfim, um caos urbano que despertou o interesse dos cientistas sociais.

Os primeiros estudos sobre as questões urbanas foram desenvolvidos por autores europeus, como Émile Durkheim, Ferdinand Tönnies, Georg Simmel, Max Weber, Karl Marx, entre outros, que buscavam o significado de conceitos como comunidade e sociedade e distinguiam o tipo metropolitano e o tipo que vivia em pequenas cidades, mostrando a transição da vida rural para a vida urbana. O foco dos estudos era mais econômico, ressaltando as consequências e interferências do sistema capitalista nas cidades, como as condições de trabalho dos operários.

Outros autores já preocupavam em mostrar os “males sociais” que a vida na cidade causava, originando problemas sociais como a violência, solidão, alienação e neuroses. A Escola de Chicago foi a corrente teórica que mais ganhou projeção nos estudos urbanos no princípio do século XX. Motivados pelo desenvolvimento urbano depois da Guerra Civil (1860-1865), pelo processo de industrialização, crescimento demográfico e urbanização nos Estados Unidos, pesquisadores do primeiro Departamento de Sociologia nos EUA tomaram a cidade de Chicago como um laboratório social para pesquisas a respeito do fenômeno urbano. A cidade era entendida como uma “força” social capaz de gerar, por sua influência, diferentes efeitos na vida social. Suas principais gerações desenvolveram o conceito de ecologia urbana que serviu de base para o estudo do comportamento humano, tendo como referência a posição dos indivíduos no meio social urbano. A abordagem ecológica questiona se o habitat social (ou seja, o espaço físico e as relações sociais) determina ou influencia o modo e o estilo de vida dos indivíduos. As pesquisas urbanas eram executadas tanto com modelo quantitativo quanto modelo qualitativo, utilizando etnografias, trabalhos de campo, trajetória de vida, documentos pessoais, *surveys*, mapas e estatísticas. Na década de 70 a Escola de Chicago volta ter influência no cenário da Sociologia Urbana através do interacionismo simbólico, onde os estudos das áreas urbanas, dos grupos sociais e da ocupação social se relacionam com as identidades construídas através da percepção que o indivíduo tem de si próprio e da sua percepção da imagem que os outros tem de si. O interacionismo simbólico teve grande visibilidade em estudos de desvio, criminalidade, construção de carreiras e estigmatização.

Os modelos criados por alguns autores foram criticados por serem simplistas e por pretenderem fazer generalizações universais – algumas das proposições só seriam aplicáveis em cidade industriais. Não há como também separar e classificar elementos das sociedades entre “moderno” e “tradicional”, “urbano” e “rural”, pois ainda é encontrada em sociedades com desenvolvimento do capitalismo tardio a articulação entre essas oposições. E ainda, nessas sociedades, a religião e os laços de parentesco continuam desempenhando importantes funções sociais, servindo de elemento integrativo dos grupos e classes sociais, construindo sociabilidades, diferentemente do que Louis Wirth propunha com a secularização e a desintegração dos “laços primários” – familiares e de parentesco no ambiente urbano.

A crítica à Escola de Chicago também é direcionada ao fato de alguns teóricos não levarem em consideração que a explicação da cidade está relacionada com as transformações, intervenções do Estado, relações com o campo, e também por carregar uma carga do evolucionismo social. O principal

crítico é o sociólogo Manuel Castells, que enxerga a cidade não apenas como uma localização distinta, mas como uma parte integral dos processos de consumo coletivo, um aspecto inerente ao capitalismo industrial. O urbano então é definido como uma noção ideológica referindo-se apenas ao espaço funcional onde se concentra uma população, e o objeto de estudo seria especificamente a produção social de formas espaciais associados com os processos de consumo coletivo. Dessa forma, o formato das cidades e seus ambientes urbanos são um produto de lutas e conflitos entre diferentes grupos da sociedade, ou seja, das forças de mercado e do poder do governo que determinam quem pode adquirir ou comprar ou construir em que lugar. Castells propõe assim que a compreensão do espaço seja realizada através da estrutura social e da determinação do espaço pelos modos de produção.

As críticas de Castells são boas e complementares à Escola de Chicago. Enquanto Park sustenta que as relações sociais são promovidas pela cidade e procura o impacto dela nas relações sociais, Castells rebate que a cidade é produtora, mas também lócus, já que é fruto do capitalismo. Mesmo que a cidade não seja promotora de nenhum fenômeno social, temos que perceber que há um campo de reflexão da Escola de Chicago que ajuda a entender os diferentes mundos sociais do meio urbano, os diferentes comportamentos, o aspecto microestrutural.

Apesar das críticas, a Escola de Chicago volta ter influência no cenário da Sociologia Urbana na década de 70 através do interacionismo simbólico, onde os estudos das áreas urbanas, dos grupos sociais e da ocupação social se relacionam com as identidades construídas através da percepção que o indivíduo tem de si próprio e da sua percepção da imagem que os outros tem de si. O interacionismo simbólico teve grande visibilidade em estudos de desvio, criminalidade, construção de carreiras e estigmatização.

No Brasil, o início das ciências sociais, por volta da década de 20, é marcado por grandes ensaios interpretativos que buscavam e sustentavam teses de origens de uma identidade nacional. Devido a riqueza de detalhes e aos grandes número de obras, no começo era quase impossível definir o que era estudo sociológico ou antropológico, pois muitos trabalhos tinham interesse na vida de negros e mestiços envolvidos em criminalidade e marginalidade, centrados também em análises culturais e folclóricas. Neste momento da antropologia, as populações urbanas eram fenômenos auxiliares para a interpretação da sociedade brasileira. O interesse pela transição da vida no campo para a cidade e as mudanças nos modos de vida da população viria mais tarde.

Após as transformações políticas ocorridas no país na década de 30, houve mudanças principalmente na educação superior, quando as Ciências Sociais foi institucionalizada, permitindo a incorporação de disciplinas como Sociologia e Antropologia em cursos superiores. A criação de instituições públicas de ensino permitiu que professores estrangeiros viessem para o Brasil para formar profissionais, sendo alguns deles Donald Pierson, Roger Batisde, Claude Lévi-Strauss. A presença desses profissionais possibilitou o desenvolvimento da antropologia brasileira em estudos urbanos, principalmente a influência da Escola de Chicago nos estudos sobre relações sociais e em estudos de comunidade em áreas rurais e urbanas.

Após o processo de modernização que o país sofreu no período do pós-guerra durante a década de 50, houve a abertura de cátedras de Antropologia em faculdades, de programas de pós-graduação em antropologia e de instituições de pesquisas, que contribuiriam para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, congressos e centros de pesquisas como o Museu do Índio em 1953 no Rio de Janeiro. O interesse por grupos urbanos tomados como novos atores políticos e protagonistas em uma sociedade complexa e fragmentada faz com que a antropologia passe por uma revisão metodológica dando visibilidade às minorias nas grandes cidades. A partir de então começa o processo que a antropologia, especificamente a antropologia urbana, ganha legitimidade no cenário científico.

As transformações sociais ocorridas na década de 70, entre elas o golpe de 64 e o milagre econômico, geraram nas Ciências Sociais um interesse não só pela conjuntura política, mas pelos problemas urbanos causados pelo crescimento da população brasileira, colocando em evidência temas

como migrações, expansão industrial e os efeitos nas relações sociais, problemas de marginalidade, segregação espacial, ocupação indevida de espaço, pobreza, desigualdade. Os mecanismos de sobrevivência das minorias, seus comportamentos e interesses chamaram a atenção dos antropólogos. Assim, pautaram a cidade como lugar de pesquisa, desenvolveram instrumentos teóricos e metodológicos para fazer trabalho de campo e mostrar a realidade social de quem habita a cidade, o sujeito urbano.

Através do estudo do cotidiano, do corriqueiro, os antropólogos acreditavam ser capazes de conhecer não só a organização social de grupos sociais, mas como estes classificam, atuam e constroem seus espaços e suas realidades dentro de um contexto de classe social inserido no sistema urbano. O cotidiano é entendido como um espaço de luta, dominação e resistência ao sistema econômico e político vigente na época.

Ao escolher grupos minoritários para pesquisar, os antropólogos começam uma espécie de engajamento político acadêmico, dando voz aos oprimidos e exigindo intervenções em problemas encontrados. Muitas vezes a atuação política do profissional vinha acompanhada por pressões dos próprios objetos de estudo. Assim, foi possível a construção de novas identidades sociais como juventude, feministas, homossexuais, de religiões populares, de culturas regionais, de movimentos étnicos.

O interesse pela cultura popular e os estudos de grupos urbanos contribuiu para que a Antropologia ganhasse prestígio e se legitimasse como uma área heterogênea fornecendo visões diferentes dos grupos sociais. A Sociologia e a Ciência Política nessa época preocupavam com questões macrossociais como Estado, classes sociais, dependência, subdesenvolvimento, luta de classes, burguesia, capitalismo, e ideologia. Faltava dar voz ao sujeito urbano que vivenciava de modos diferentes as experiências da conjuntura, faltava compreender a consciência de classe dos sujeitos, como eram suas atividades políticas, e então foi aí que a Antropologia se destaca como uma disciplina científica capaz de responder a essas questões com seus métodos qualitativos.

A discussão sobre investigação da antropologia *na-da* cidade é antiga, muitos autores não entraram em consenso sobre como as investigações deveriam ser e, por isso, é importante ressaltar as diferenças entre as duas para que se possa entender qual o tipo de investigação mais usada entre os antropólogos brasileiros. A antropologia *da* cidade seriam estudos que pensam a cidade como totalidade, sendo o objeto de estudo visto sob uma percepção holística, complexa, de vários níveis e com temas universais como densidade, mobilidade social, migrações e imigrações, urbanização, pobreza, relações raciais e étnicas, estratificação social, áreas marginais e sistemas políticos. A antropologia *na* cidade trata de pesquisas que abordam a heterogeneidade da cidade, sendo ela um contexto ou cenário maior. São chamados de estudos microssociais que mostra temas gerais a dinâmica da vida cotidiana em situações particulares, modos de vida urbana, condições de subsistência, organização social, rituais, códigos simbólicos, sistemas de parentesco, bairros vizinhança, famílias, redes sociais, identidades.

No Brasil não se desenvolveu uma antropologia urbana nos moldes da Escola de Chicago, ou seja, uma antropologia que tentasse compreender o fenômeno urbano em si mesmo – uma antropologia *da* cidade. Ao contrário, trata-se de pesquisas que operam com temas, conceitos e métodos da antropologia sobre populações que vivem na cidade, sendo a cidade, portanto o lugar da investigação – uma antropologia *na* cidade (DURHAN, 1978).

Porém, em vez de olhar os dois modos como antagônicos, prefiro olhá-las no trabalho como complementares nos moldes como propõe o antropólogo José Guilherme Magnani ao propor uma antropologia *de perto* e *de dentro*, onde resgata o ator social e suas práticas nos espaços estudados sem esquecer dos aspectos macrossociais que atingem sua realidade social, como intervenções do Estado e políticas de planejamento que mudam com os processos políticos e sociais em determinado tempo e que definem padrões de distribuição espacial das cidades. Assim, o que se “propõe com o método

etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica é resgatar um olhar *de perto* e *de dentro* capaz de identificar, escrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, são chamados de *fora* e *de longe*” (MAGNANI, 2002).

3. LAZER E O BAIRRO DOM BOSCO

O lazer, muitas vezes considerado um tema de pesquisa banal, pode ser o ponto de partida para compreender aspectos ligados a vida cotidiana e a forma de pensar dos indivíduos, estando ligado nas formas mais sutis e profundas de relações com o trabalho, com a família, com a política, enfim, com todas as organizações presentes na vida das pessoas. Na época das grandes indústrias e das longas jornadas de trabalho, os operários chegavam esgotados em casa e não sobrava tempo livre para fazer trabalhos domésticos. Cansados da situação que estavam submetidos, os sindicatos dos operários começaram a se organizar para reivindicar a redução das horas trabalhadas para que os trabalhadores pudessem descansar e o direito ao lazer como uma necessidade real. Assim, além de ser uma construção da era industrial, o lazer foi estendido às classes operárias, já que antes era um privilégio concedido apenas para os burgueses. Apesar de sua criação estar ligada ao trabalho, o conceito lazer é definido como oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana, compreendido no contexto cotidiano da vida social, sendo preenchido por atividades lúdicas ou para repousar ou para a busca de informações (DUMAZEDIER, 1976). A partir da sociedade moderna, o lazer transformou-se numa demanda e necessidade direcionada para o aproveitamento do tempo-livre, sendo uma reivindicação de direito por parte da população.

Porém, a medida que a urbanização se torna um processo modificador da paisagem social, interfere também nas formas de lazer existentes no bairro. O processo de valorização e especulação imobiliária interfere na produção do espaço, marcando fronteiras e alterando o modo de vida dos moradores. A criação ou extinção de equipamentos recreativos podem interferir nas formas de lazer, adicionando ou retirando atividades nos bairros, assumindo por um lado papel socializador por serem compartilhados coletivamente linguagens, regras e valores, transmitidos a partir de relações sociais e culturais internalizados num espaço comum, ou segregador ao limitar o acesso de jovens a determinados equipamentos, sendo exemplo atividades pagas ou ambientes que não condiz com a realidade dos moradores de determinada região.

Na América Latina, sobretudo no Brasil, podemos perceber que os espaços recreativos são os primeiros desapropriados para empreendimentos, extinguindo cada vez mais os campos de várzea, caracterizados por espaços vazios situados normalmente nas periferias da cidade em que a urbanização não chegou, abrigando atividades futebolísticas ou lúdicas. São espaços de grande expressão do lazer urbano, carregados de significados simbólicos a respeito da identidade dos frequentadores do lugar. Esses espaços assumem um grande papel socializador por neles serem compartilhados coletivamente linguagens, regras e valores, transmitidos a partir de relações sociais e culturais internalizados num espaço comum. Estudos apontam que quando jovens e crianças de bairros segregados participam de projetos esportivos veem neles uma chance de carreira profissional, afastando-se de práticas violentas e criminosas comuns nos locais onde vivem. Quando os espaços de lazer são destruídos ou realocados, há uma perda das referências compartilhadas, podendo levar ao enfraquecimento das identidades e das redes de sociabilidade criadas no bairro. Ao serem administrados pelo poder público ou por iniciativa privada, os novos espaços de lazer passam a ser regulados, tendo controle de acesso por meio de horários de funcionamento ou da cobrança de mensalidades.

O bairro escolhido para a pesquisa, o Dom Bosco, tem suas especificidades que justificam sua importância enquanto objeto de estudo. Está situado numa encosta bastante acidentada. Apresenta intenso grau de urbanização da superfície, encosta modificada pela ação do homem em razão da construção desordenada de casas e arruamentos. A ocupação da região começou em 1927, quando

Vicente Beghelli comprou as terras herdadas pelos irmãos Kastemarque e passou a vender lotes a preço baixo para operários. A formação do bairro, que antes se chamava Serrinha, ficou marcada com a construção de uma capela “Imaculada da Conceição” num terreno doado por Beghelli. Determinados terrenos foram doados para as irmãs vicentinas da Sociedade São Vicente de Paula com o projeto de construção de uma creche e um asilo. Como não conseguiram realizar o projeto, as irmãs entregaram parte do terreno para os Vicentinos que construíram o “Salão Comunitário Maria da Glória Beghelli”, e outra parte foi autorizada pelas irmãs para a construção de casas. Alguns desses lotes ainda se encontram em fase de legalização para as famílias. Em 1948 o bairro começa a se chamar Dom Bosco.

O bairro é composto predominantemente por unidades habitacionais do tipo residencial multifamiliar, ou seja, duas ou mais casas no mesmo terreno habitadas por núcleos da mesma família. Está próximo de uma das principais vias de acesso à cidade – Avenida Itamar Franco (antiga Avenida Independência) – e inserido numa das regiões mais valorizadas, encontrando-se cercado por diferentes instituições públicas como a Universidade Federal de Juiz de Fora, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Associação Contra Câncer de Juiz de Fora – ASCOMCER; e privadas, tais como o Shopping Independência, o conjunto médico-hospitalar e de consultórios do Hospital Monte Sinai; assim como vários condomínios fechados localizados no seu entorno imediato. Parece ocorrer então um fenômeno: antes era uma região com poucos recursos econômicos, e agora se percebe a valorização do local depois de ações privadas, municipais e federais.

Esses empreendimentos foram construídos depois da formação do bairro e sobre áreas desapropriadas que eram utilizadas principalmente para o lazer dos moradores do bairro, entre eles os jovens. O famoso Campinho da “Curva do Lacet”, onde eram sediados campeonatos de futebol amadores dos moradores, foi deslocado para uma área mais distante, e foi construído uma área verde gramada onde não se vê mais ninguém utilizando-a para fins lúdicos. Além do campinho, há o campus da Universidade Federal de Juiz de Fora que é muito utilizado pela comunidade juizforana para o lazer e prática de esportes. Assim, pretende-se compreender qual tipo de relação que os moradores do bairro Dom Bosco tem com o novo campinho e com o campus da UFJF e com os usuários que vem de outros bairros. Pretende-se verificar quais os usos que os moradores dão não só para esses espaços, como também para a rua enquanto espaço para sociabilidade e para o Shopping ao lado do bairro.

O bairro é bem conhecido na cidade por ser alvo quase frequente de notícias nos jornais municipais por ser contexto de roubos, homicídios, tráfico de drogas. A população juizforana pressupõe que há um conhecimento do bairro justificado pelas notícias e por ser via de acesso para alguns. Porém, como o autor Gilberto Velho ressalta que o que é familiar não é conhecido e que o conhecido nem sempre é familiar (VELHO, 1978), a antropologia tem como tarefa compreender esse universo para que ele as pessoas possam compreendê-lo em suas particularidades e fugindo do senso comum.

Deste modo, pretende-se estudar como começou a ocupação da região, para depois verificar as causas da valorização. Paralelamente, a trajetória da expansão e urbanização da cidade de Juiz de Fora ajudará na compreensão de aspectos ligados à formação do bairro Dom Bosco. Os moradores estabeleceram no bairro um modo de vida, ou seja, a forma pela qual o grupo ou uma pessoa vivenciam o mundo e, em consequência, se comportam e fazem escolhas. Após as interferências externas, pretende-se estudar se aspectos cotidianos dos moradores mudaram, como as relações entre a vizinhança foram construídas, as atividades que os moradores desempenham, suas relações familiares, bem como analisar o processo de renovação de sua população em face à valorização do espaço, os significados que orientam as condutas dos moradores, principalmente nas formas de lazer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, espera-se compreender através das formas de sociabilidade e lazer no bairro, como os espaços adquirem com o tempo representações simbólicas que ajudam o morador a ter

referências do local, sendo os lugares, portanto, significantes pela vivência. Quando o espaço de vivência sofre interferências de agentes externos ao bairro, como urbanização, os significados das referências podem também sofrer interferências, transformando o modo de vida dos moradores. Pretende-se também perceber o ritmo interno do bairro para que seja visível o jogo de ocupação do espaço no campo político e econômico através das divisões sociais dentro do bairro e seus conflitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Caldeira, T.P. (1988). A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia. *Novos Estudos CEBRAP*, 21, 133-157.

Cardoso, R. (1978). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. En R. Cardoso (Ed). *A aventura antropológica*. (pp.95-105). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Da Matta, R. (1978). O ofício do etnólogo, ou comer ter ‘anthropological blues’. En E.O. Nunes (Ed) *A aventura sociológica*. (pp.23-35). Rio de Janeiro: Zahar.

Dumazedier, J. (1976). *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva.

Durham, E. (1978). A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. En R. Cardoso (Ed) *Aventura antropológica*. (pp.17-34). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Durkheim, E. (2003). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1912).

DUTRA, R.C.A. (2002). Os bairros da cidade, En *Anais da III Semana do Professor*, Instituto de Ciências Humanas e de Letras, UFJF.

Geertz, C. (1978). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Laplantine, F. (2003). *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1988).

Lemos, G.S. (2010). *Idosos e relações intergeracionais: uma análise das famílias do bairro Dom Bosco*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Graduação em Serviço Social. Juiz de Fora: UFJF.

Magnani, J.G.C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17, n49, 11-29.

Magnani, J.G.C. (1996). Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole, En J.G.C. Magnani & L.L. Torres (orgs.) *Na Metrópole – Textos de Antropologia Urbana*. (pp.12-53). São Paulo: EDUSP.

Malinowski, B. (1984). *Argonautas do Pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1922).

Mauss, M. (1974). Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU.

Oliveira, M. H.S. (2004). *Urbanização em área de especial interesse social em Juiz de Fora: Dom Bosco*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Graduação em Serviço Social. Juiz de Fora: UFJF.

Oliven, R.G. (1980). Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: G. Velho (org.) *O Desafio da Cidade*. Rio de Janeiro: Campus.

Park, R.E. (1979). A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: O. Velho (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.

Silva, E.A.M. (2009). *Retrato das famílias pobres urbanas: um estudo sobre redes de solidariedade, gênero e velhice no bairro Dom Bosco*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Graduação em Serviço Social. Juiz de Fora: UFJF.

Velho, G. (1978). Observando o familiar. In E.O. Nunes (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Velho, G. (1980). O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: G. Velho (org.). *O Desafio da Cidade*. Rio de Janeiro: Campus.

Wirth, L. (1979). O urbanismo como modo de vida. In: O. Velho (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.